

A LACUNA HISTÓRICA PELOTENSE: MINUANOS/GUENOAS E GUARANIS NA LAGUNA DOS PATOS E SERRA DO SUDESTE (SÉC. XVI – XIX)

THE PELOTAS HISTORICAL GAP: MINUANOS/GUENOAS AND GUARANI IN THE LAGUNA DOS PATOS AND SERRA DO SUDESTE (CENTURY XVI - XIX)

Daniel Barbier¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta, a partir da revisão da bibliografia específica e de resultados de pesquisas de campo mais recentes, alguns apontamentos sobre a confluência de culturas que transitaram entre a Laguna dos Patos e a Serra do Sudeste, entre os séculos XVI e XIX. O objetivo é propor uma reflexão acerca do esquecimento, do silenciamento e da ausência da contribuição indígena à história institucional de Pelotas/RS, que reflete apenas os acontecimentos decorridos nos últimos 200 anos, enquanto que os antecedentes históricos da região apresentam indícios de desenvolvimento social e cultural que datam de, no mínimo, mais de 2500 anos antes do presente e cujos vestígios de cultura material e imaterial sobrevivem na contemporaneidade em diferentes espaços e tradições. A ênfase à cultura material passa pela percepção da trajetória humana que confluíu pela cidade mesmo quando ela não existia. Especial atenção à cultura indígena, que por essas bandas transitou muito antes do surgimento de qualquer princípio de urbanidade, segundo padrões europeus, e que legou ao presente uma enormidade de bens materiais hoje acondicionados em diversos espaços dedicados à memória e à pesquisa.

Palavras-chave: História Indígena de Pelotas. Minuanos/Guenoas. Guaranis. Pelotas/RS.

ABSTRACT

This paper presents, from a review of the specific bibliography and results of recent field research, some notes about the confluence of cultures that transited between Laguna dos Patos and Serra do Sudeste between the 16th and 19th centuries. The objective is to propose a reflection on the forgetfulness, silence and absence of the indigenous contribution to the institutional history of Pelotas / RS, which reflects only the events that have occurred in the last 200 years, while the historical antecedents of the region show signs of social and cultural traditions that date back at least 2500 years before the present and whose vestiges of material and immaterial culture survive in contemporary times in different spaces and traditions. The emphasis on material culture passes through the perception of the human trajectory that merged into the city even when it did not exist. Particular attention was paid to the

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMSPC/UFPel). Graduação em História-Licenciatura (UFPel). Contato: barbier.daniel@gmail.com

indigenous culture, which went on long before the emergence of any principle of urbanity, according to European standards, and which bequeathed to the present a wealth of material possessions that are now housed in various spaces dedicated to memory and research.

Keywords: *Indigenous history of Pelotas. Minuanos/Guenoas. Guaranis. Pelotas/RS.*

INTRODUÇÃO

Ao se falar sobre a formação e gênese da cidade de Pelotas/RS, localizada entre a margem sudoeste da Laguna dos Patos e a Serra do Sudeste², a limitação temporal para o início das análises não deveria ficar limitada aos poucos mais de 200 anos de história local, quando do estabelecimento institucional de sua fundação na data de 7 de julho de 1812³, como tem sido tratado pela historiografia tradicional⁴. Limitar-se a esse curto período de pouco mais de duzentos anos é desprezar, no mínimo, os mais de dois milênios e meio de história protagonizados pelas etnias ameríndias que se estabeleceram na região do sudeste pampiano margeada pela Laguna dos Patos (MILHEIRA, 2011; MILHEIRA 2014).

Se há incógnitas sobre a chegada e estabelecimento dos primeiros grupos humanos nessa localidade, os vestígios de seu desenvolvimento integral, interrompido no limiar da história pela ocupação das potências ibéricas que aqui queriam constituir uma posição estratégica para a defesa de seus interesses territoriais e comerciais, sobreviveram ao tempo na toponímia regional⁵ e através da cultura material que deixaram e que hoje

2 Também chamada de Serra dos Tapes.

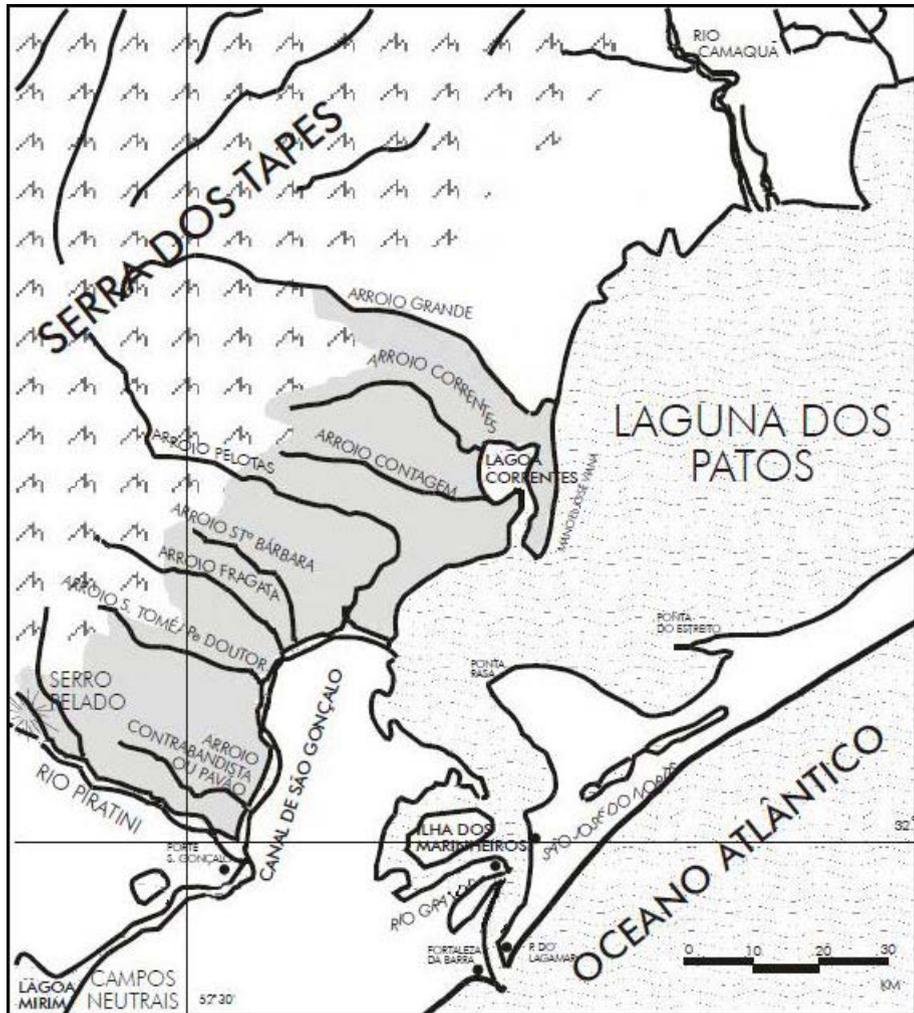
3 Magalhães (1999, p.14), por exemplo, dirá que quando Pelotas é elevada a freguesia, com denominação de São Francisco de Paula, é que “só então, na realidade, começa sua história oficial”.

4 Batistella (2014, p.229), abordando questões referentes à historiografia tradicional sobre a formação do Rio Grande do Sul, dirá que a história do Rio Grande do Sul tem sido formada por trabalhos capitaneados por eruditos e cronistas geralmente provenientes de uma linhagem descendente dos primeiros europeus que aportaram à região, tratados como “personagens de destaque”, “homem branco civilizado”, “grandes empreendedores”, etc, privilegiando, dessa maneira, “a história em uma abordagem cronológica e episódica”. “Enfim, trata-se de uma história das elites e para as elites. Dessa forma, alguns grupos, como os índios, os caboclos, entre outros, ficaram marginalizados, à mercê da história regional. Felizmente, alguns trabalhos mais recentes começaram a demonstrar a devida atenção a esses atores históricos até então pouco visualizados”.

5 Milheira (2014, p.38) dirá que “a paisagem do município de Pelotas é bastante representativa da presença indígena. A toponímia regional como ‘Arroio Pelotas’, ‘Serra dos Tapes’, e ‘Laguna dos Patos’ reforçam a quão significativa foi essa presença, o que se concretizou na nomeação das localidades e acidentes geográficos”. Conforme o mesmo autor (ibid., p.38), “O ‘arroio Pelotas’, um dos principais corpos hídricos do município, também pode ter seu nome relacionado à presença dos grupos indígenas, visto que as ‘pelotas’ eram embarcações feitas de couro usadas como transporte de carga e devem ter sido utilizadas pelos índios, sendo

se faz presente em espaços estranhos, como residências domésticas (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2004), e em diversas instituições, como os museus, inclusive no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense desde a organização de sua primeira coleção (BARBIER & RIBEIRO, 2014).

Figura 1 - Localização aproximada de Pelotas, entre a laguna dos Patos e Serra dos Tapes



Fonte: GUTIERREZ, 2004, p.56

seu uso descrito no periódico escravista das charqueadas pelo francês Jean Baptiste Debret”. Já “a ‘Serra dos Tapes’, conhecida também como Serra do Sudeste, tem esse nome devido à presença dos índios Tapes (...)” (Ibid, p.38). Por fim, segundo Von Ihering (1969, p.103), “a Lagoa dos Patos não deve seu nome, como muitas vezes parece, aos patos grandes (*Cairina moschata* L.) que são muito raros e não ocorrem absolutamente, perto de Rio Grande, mas aos índios da Tribo dos Patos que, antigamente, moravam nesta região”.

Assim, a motivação deste trabalho é sistematizar, resumidamente, alguns apontamentos para uma história da região onde hoje se insere a atual cidade de Pelotas/RS, assumindo como recorte temporal os séculos XVI a XIX, de forma a propor outro olhar histórico sobre essa espacialidade. Para tanto, buscou-se, como procedimento metodológico, a revisão da bibliografia especializada e contemporânea (pós anos 2000), que traz informações pertinentes à consecução deste trabalho. Evitamos nos aprofundar na literatura temática, visto que os trabalhos em que nos apoiamos realizaram com mais propriedade a análise sobre a produção de autores que são referência para essa área do conhecimento, como Arno Kern, Diego Bracco, Francisco Noelli, Ítala Becker, José Brochado, Pedro Schmitz, entre outros.

Nossa opção, portanto, pela sistematização de informações resultantes de pesquisas arqueológicas, antropológicas, etnográficas e etnohistóricas, cujos resultados encontram-se dispersos na produção científica atual, tem sentido se pensado em conjunto com outros autores locais⁶, que entendem que “a história até então contada sobre a cidade de Pelotas está a exigir uma outra história” (MONQUELAT & MARCOLLA, 2014). Para tanto, dividimos este trabalho em duas partes. A primeira diz respeito à qualificação e identificação dos grupos ameríndios que se estabeleceram dentro do espaço que se pretendeu estudar; a segunda, trata de uma resumida análise sobre a historicidade desses grupos entre os séculos XVI e XIX, uma vez que seus vestígios provenientes da cultura material, muitas vezes presentes nas expografias de instituições museais com perfil histórico, na contemporaneidade, estabelecem marcos e problemáticas suficientemente capazes de provocar reflexões teórico-científicas sobre o paradoxo constituído entre a manutenção de discursos oficiais nessas instituições, tradicionalmente construídos a partir da hegemonia do pensamento colonial ibérico, cujo o ponto de inflexão para a construção do discurso geralmente é a chegada das populações europeias nas Américas, e a larga evidencia da precedente ocupação desses grupos no território sobre o qual se construiu narrativas que os invisibilizam ou descaracterizam aspectos de suas sociedades e culturas.

1 Entre a Laguna dos Patos e a Serra dos Tapes, uma longa história

Até 2014, registrava-se entre os municípios de Pelotas e Capão do

⁶ Conferir projeto Almanaque do Bicentenário de Pelotas em < <http://almanaquedepelotas.com.br/apresenta.htm> > , acesso em junho de 2019.

Leão, emancipado de Pelotas em 1982, 26 cerritos⁷ (MILHEIRA, 2014, p.41). Entre os vestígios de cultura material encontram-se vasilhas e fragmentos cerâmicos e diversos líticos, como pontas de projéteis de pedra lascada, lâminas de machados e bolas de boleadeiras de pedra polida (AMARAL, 2014). Muitos similares desses itens, encontrados por amadores na região ao longo do tempo, compõe acervos em diversas instituições voltadas ao campo da memória e do patrimônio, como, por exemplo, no acervo do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, cuja fundação data de janeiro de 1904.

A totalidade das coleções, quando somadas entre todos os ambientes em que se encontram, faz referência às coisas materiais confeccionadas pelas populações que se estabeleceram na região e tem sua origem em grupos culturais distintos, como os Minuano/Guenoa⁸ e os Guaraní. Para compreendermos alguns aspectos históricos sobre esses grupos que habitaram a região anteriormente ao século XVI, que marca a chegada dos primeiros ibéricos na região do Prata (GARCIA & MILDNER, 2012b, p.13), fundamentamos os aspectos históricos deste trabalho nas pesquisas realizadas pelo arqueólogo Rafael Milheira (2008, 2011, 2012a, 2012b e 2014), visto a ênfase na arqueologia das populações pré-cabralinas do Pampa e litoral sul-americano. Nesse sentido, tomamos emprestada sua classificação, que leva em consideração os “tipos culturais” arqueológicos⁹ com enfoque no processo de assentamento no ambiente próximo à Laguna dos Patos e a Serra do Sudeste (MILHEIRA, 2012^a, p.35). Dois dos quatro tipos abordados pelo autor

7 Segundo Milheira (2014, p.41), cerritos podem ser entendidos como “áreas de sepultamentos, demarcadores territoriais, áreas de refugio, praças centrais de aldeias, acampamentos de pesca e plataformas arquitetônicas erguidas para a habitação em áreas alagadiças. Além disso, os aterros são vistos como monumentos que remontam à memória histórica e à identidade social contemporânea dos índios campianos, cujas interpretações mais recorrentes correlacionam a construção e uso dos cerritos às ocupações dos índios Charrua-Minuano”.

8 Guenoa era a nomenclatura utilizada pelos padres jesuítas para fazer menção aos minuanos (GARCIA & MILDNER, 2012b, p.09). A utilizamos neste trabalho, associada ao nome Minuano, devido sua recorrência na literatura.

9 A classificação por tipo cultural arqueológico é uma resposta à classificação por tradições, a saber, Umbú (1000 A.P.), Vieira (2000 A.P.), entre outras. A teoria “umbuzóide” teve origem nos estudos arqueológicos das décadas de 1960-70 a partir da investigação nas camadas basais dos Cerritos, onde encontrava-se apenas materiais líticos, e nas camadas superiores, cerâmicas (tradição Vieira). Para Milheira (2012b, p.182e184), a fundamentação para essa teoria, cuja metodologia é basicamente a análise estratigráfica para a compreensão da dispersão tecnológica, apresenta limitações na ordem de que seus “pressupostos teóricos e suposições dedutivas não levam em consideração reflexões integradas entre os dados empíricos, a leitura dos dados etnohistóricos e as teorias arqueológicas e etnológicas que buscam no processualismo e no estruturalismo histórico as particularidades de cada cultura ameríndia”.

são de interesse deste trabalho, os grupos cerriteiros e os grupos Guarani, visto que seus vestígios são mais constantes na região geográfica abordada.

Os primeiros formam os grupos denominados de Charrua e Minuano/Guenoa, que ocuparam a região por volta de 2500 A.P. (MILHEIRA, 2012^a, p.36). “Habitaram a região pampiana e litorânea que envolve o sul do Estado do Rio Grande do Sul, o território uruguaio e o nordeste argentino” (MILHEIRA, 2012^a, p.36). “Muito bem adaptado a essas paisagens, viviam dos resultados da caça, da coleta e da pesca, graças ao seu equipamento de boleadeiras, lanças, arcos e flechas” (BATISTELLA, 2014, p.230). “Os homens andavam nus, as mulheres se tapavam com um pedaço de pano de algodão, cujo comprimento vai do umbigo até os joelhos” (NEETZOW, 2002, p.16).

Os minuanos/guenoas distribuíam-se geograficamente entre o vale do rio Negro e a Laguna dos Patos e Lagoa Mirim e os charruas, no vale do rio Uruguai até o norte da Argentina (KERN, 1998, p.103 apud BATISTELLA, 2014). Esse dado evidencia, num primeiro momento, uma distinção ao menos geográfica - onde o rio Uruguai constitui-se em uma fronteira natural à fronteira cultural - entre esses dois grupos, tratamos erroneamente pela literatura, especialmente a dos séc. XVIII a XX, como um grupo único (GARCIA & MILDER, 2012b, p.09). De outra forma, há notícias que os grupos Charrua e Minuano/Guenoa praticavam atos hostis uns contra outros, como a registrada pelo padre Francisco García (1683 apud GARCIA & MILDER, 2012b, p.09), em sua passagem pela região do Prata:

La mas nombrada Nación, y parcialidad, es la de los Yarós, enemigos mortales de los Guanoás, por andar tan vezinos, que solo media entre unos, y otros el dicho rio Uruguay, el cual pasan los Yarós, quando sus excesivas y rapidas creciente lo permiten, nadando, en que son muy exercitados desde niños, y matan, ó cautivan á los Guanoás¹⁰.

Contudo, o aspecto que mais chama a atenção para a distinção entre os Charrua e Minuano/Guenoa vem de outros cronistas, como Manoel Gonçalves de Aguiar (1721) e Francisco de Brito Peixoto (1725). Em seus registros, apontam que os charruas, e alguns minuanos/guenoas mais próximos do Rio Negro, serviram como aliados dos espanhóis, enquanto outros grupos de minuanos/guenoas, mais próximos do litoral do Atlântico sul, tornaram-se aliados dos portugueses, lhes favorecendo o trânsito na região e a manutenção, em diversos momentos, da Colônia de Sacramento em pose lusitana (GARCIA, 2008). Todavia, as alianças estabelecidas ao

10 Onde Yarós se refere aos charruas e Guanoás, aos minuanos.

longo do tempo não foram definitivas. Conforme Garcia (2008, p.613), “as relações dos diferentes grupos indígenas entre si e deles com os ibéricos eram mutáveis e dependiam de uma série de variáveis e matizes, tais como as prioridades dos próprios índios, as diferentes conjunturas ibéricas e os objetivos dos agentes locais, os quais nem sempre se coadunavam com as diretrizes metropolitanas”. Essas alianças, para Garcia (2008), eram vitais para as nações europeias desejosas da expansão fronteiriça e na defesa de seus interesses. Chegando, inclusive, a desenvolverem dinâmicas para atrair os grupos étnicos autóctones para o seu lado, como por meio de concessão de presentes ou oferecimento de vantagens nessas alianças. Por outro lado, a diminuição das populações locais e sua migração para o interior, em direção ao planalto rio-grandense, também esteve associada às perseguições impetradas pela formação dessas alianças entre grupos rivais e os povos ibéricos¹¹, como ressalta Garcia e Mildler (2012b, p.14):

A dependência dos Charrua e dos Minuano frente aos colonizadores acabou por resultar em constantes conflitos iniciados com a incidência de roubos de gado, que eram vendidos por ambos grupos hora para espanhóis, hora para portugueses. Tal situação trouxe como consequência uma constante perseguição aos grupos, que os forçou a migrar para o interior, pois seus antigos territórios no início do século XIX já estavam quase em totalidade sob ocupação portuguesa ou espanhola, impossibilitando-os a caça e restando-lhes praticamente apenas subempregos junto aos estancieiros brancos.

Sobre os Minuano/Guenoa¹², o traço arqueológico mais marcante

11 Garcia (2008, p.619), dirá que os grupos étnicos locais procurarão firmar alianças com o tipo europeu em busca de defesas contra outras populações indígenas, como pode ser aferível, se dado crédito, ao extrato memorial anônimo citado pela autora em sua análise sobre a aliança entre os minuanos/guenoas e os lusitanos: “com serem os mais valorosos da campanha, eram já em pequeno número, porque os Índios, chamados *Tapes*, e outros chamados *Charruas*, em muito maior número, os andavam acabando e destruindo”.

12 Há, de fato, uma confusão sobre a produção de cerritos pelas etnias Charrua, visto que, conforme Garcia e Mildler (2012b, p.16), “o território tradicional dos Charrua difere dos locais onde atualmente são encontrados Cerritos, já que estes só entenderam seus domínios à Leste por volta da década de 1740, devido a perda de espaços para os colonizadores ibéricos. Os Charrua passaram então a ocupar um território ancestralmente Minuano, e por volta deste mesmo período (1730) haviam se consolidado as alianças entre estes e os Minuano, fato que gerou confusão entorno da população colonial e uma generalização popular dos dois grupos como sendo Charrua de maneira genérica, fazendo que aos poucos fosse diminuindo a utilização do termo Minuano para descrever parte deste contingente populacional que passou a traçar um destino semelhante. Assim, é visto que quem ocupava o território onde

desse tipo cultural foi a formação de cerritos, também chamados de aterros, existentes, hoje, segundo levantamentos realizados no sul do Brasil e Uruguai, em número “de aproximadamente 3500 estruturas monticulares de origem pré-colonial ainda preservados e com condições de pesquisa científica” (MILHEIRA, 2012b, p.181). Esses grupos, de acordo com a geocalização dos sítios arqueológicos mapeados, voltavam-se para os recursos hídricos de grande porte, como, por exemplo, a Laguna dos Patos, o Arroio Pelotas, o Arroio Moreira e o Canal São Gonçalo, sugerindo um hábito alimentício baseado na pesca, além, claro, da coleta e caça, como evidencia os materiais arqueofaunísticos que têm sido encontrados (MILHEIRA, 2012b, p.183). Sua organização era, aparentemente, semi-nômade com algumas comunidades alcançando até centenas de indivíduos. Conforme alguns registros dos séc. XVI e XVII, esses apontam a existência de um:

complexo sistema de *tolderias*, cuja definição seria um sistema de habitações do tipo choupanas ou para-ventos integradas a um amplo sistema de espaços funcionais na aldeia, em que se integram também áreas de cemitério, armadilhas, caminhos, áreas de pesca e de caça. Tais *tolderias* compõem então aldeias com até centenas de indivíduos que ocupavam diferentes áreas do seu território de domínio (MILHEIRA, 2012b, p.183).

Em relação às habitações minuanas/guenoas, após a introdução bovina na região no século XVI, ela era construída geralmente numa região elevada e descoberta próxima dos leitos dos arroios ou várzeas, utilizando-se esteiras de palha para compor a cobertura e couro bovino, as paredes. Serviam de dormitório para em torno de seis indivíduos, sem diferenciação sexual. A alimentação era realizada, provavelmente, dentro desses toldos e de forma individualizada. Em cada agrupamento construíam um pequeno cemitério, onde enterravam o morto em terra rasa junto com seus pertences. (GARCIA & MILDNER, 2012b, p.12, NEETZOW, 2002, p.18).

Por muito tempo, a bibliografia tem anunciado a inexistência de descendentes de Charruas e Minuanos/Guenoas, devido ou a prática de extermínio, ou a miscigenação. Contudo, conforme Milheira:

recentemente antropólogos têm publicado a existência de uma comunidade Charrua na aldeia Polidoro, em Porto Alegre – RS, indicando que o extermínio nunca ocorreu de fato e que os Charrua sobrevivem de forma marginalizada na sociedade gaúcha atual (Baptista da Silva, 2008), assim

atualmente são encontrados Cerritos eram os Minuano”.

como no Uruguai, um grande movimento de resistência Charrua vem sendo desenvolvido desde os anos 1970, pelo menos (MILHEIRA, 2012b, p.186)

Já os Guaraní, que “habitaram a região da Laguna dos Patos a partir de aproximadamente 900 A.P., até a atualidade” (MILHEIRA, 2012^a, p.36), chegaram da região amazônica à região pampeana devido, entre outras teorias, a um fenômeno de expansão demográfico-territorial alcunhado de “enxameamento”, que envolve crescimento demográfico e, consequentemente, construção de novas aldeias em busca de terras cultiváveis e novos locais de caça, pesca e coleta” (MILHEIRA, 2012^a, p.36). Essa teoria tem influência nos trabalhos da antropóloga eslovena Branislava Súsnič (1920-1996), a qual se dedicou a origem do homem americano-paraguaio:

O esquema proposto por Branislava Susnik se dá muito em função da proposta ecológica, que vê no esgotamento das terras um motivo para buscar novos espaços. Há nitidamente, segundo Noelli (1993) uma influência da etno-botânica para a compreensão desse modelo complexo de ocupação da Bacia Platina, pois se percebe que o espaço é ocupado conforme as necessidades de abertura de novas roças e exploração de novos recursos. [...] Influenciada por conceitos da etno-botânica, a autora compôs um modelo que congrega aspectos simbólicos, econômicos e sócio-culturais (MILHEIRA, 2008, p.17).

Para este trabalho, esse fenômeno significa compreender que os grupos Guaraní locais são destinatário de uma cultura que estabeleceu uma dinâmica de dispersão geográfica, contudo, mantendo laços de comunicação e troca de cultura material. Isso importa no entendimento que se estabelece ao se verificar a existência de vestígios de objetos em sítios localizados na área de interesse deste trabalho, cuja origem da matéria-prima é proveniente de ambientes afastados, como a serra gaúcha (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2004, p.89). Os estudos arqueológicos contemporâneos confirmam essa afirmativa, isto é:

a arqueologia passou a ter uma preocupação redobrada em explicar não somente quais as rotas de origem e dispersão dos grupos Guaraní, mas também em refletir como esses grupos dominam o espaço, como os sítios arqueológicos estão relacionados entre si e com o meio ambiente e quais os processos culturais que embasam essa organização sócio-espacial (MILHEIRA, 2008, p.18).

Assim, parece ter existido uma rede sistêmica entre as aldeias guaraníticas e o estabelecimento de meios de comunicação e trocas entre uma e outra, isto é, uma conexão, mesmo que rudimentar e fragmentada, entre a porção meridional da Laguna dos Patos com o centro e litoral da Sul-América, onde do estabelecimento dos grupos Guarani, anterior à chegada dos europeus. Apesar de não se problematizarmos aprofundadamente essa teoria, faz-se notar que a coleção que chegou ao MH-BPP, por exemplo, mesmo que seus usos tenham sido direcionados para outros vieses, abarcam e registram uma tradição de fazer e saber-fazer bem mais complexa que os organizadores do próprio museu pudessem supor. Ademais, essas redes entre aldeias guaraníticas supostamente foram usadas para facilitar a entrada dos bandeirantes na região, como propõem Neetzow (2002, p.19).

2 Minuanos/Guenoas e Guaranis entre o século XVI e seu futuro passado

2.1 Séc. XVI

Antes mesmo das expedições portuguesas de 1501, 1503, 1506, 1513, 1521 e 1530 e espanholas de 1520, 1525, 1526 e 1534 à região do Prata (GUTIERREZ, 2011, p.29), além da expedição de Juan Diaz de Sólis, em 1515/1516, os Minuano/Guenoa que se estabeleceram na região meridional da Laguna dos Patos, desde pelo menos 2500 A.P., tiveram que enfrentar a expansão de grupos Guarani que alcançaram, por volta de 900 A.P., o Pampa a partir do interior da América do Sul (MILHEIRA, 2014, p.78). Batistella (2014, p.231) relata que os grupos Guarani, que apresentavam uma organização social mais complexa que os demais grupos indígenas da região, “além de ocuparem parte do território dos índios do pampa e do planalto, faziam incursões militares contra os grupos charruas, minuano e kaingang”. Por outro lado, Milheira (2014, p.75) sustenta a tese de que:

As populações Guarani, por motivos de pressão demográfica negativa, tiveram de ocupar espaços não tradicionais, como os terrenos litorâneos, precisando estabelecer estratégias de manutenção de fronteiras com as populações já estabelecidas nesses ambientes. Essas estratégias não necessariamente envolvem belicosidade, mas relações de reciprocidade, através de fronteiras fluidas flexíveis.

Não descartamos a possibilidade de confrontos bélicos entre os dois grupos, por absoluto. Contudo, a desproporcionalidade populacional entre

um e outro¹³ e a melhor adaptabilidade dos Guarani a grupos exógenos levaram a um convívio de simbiose cultural, como pode ser corroborado pelas evidências arqueológicas de origem guaraníticas encontradas em ambientes tradicionalmente de assentamento minuano/guenoa (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2004, p.92).

2.2 Séc. XVII

A Coroa espanhola, com auxílio dos jesuítas, com o objetivo de demarcar seus territórios na América meridional¹⁴, estabeleceu, entre 1610 e 1634, na região entre o Atlântico sul e o rio Uruguai as províncias Ibiça, Tape e Uruguai, que se somavam a grande província do Paraguai, fundada em 1607 (BATISTELLA, 2014, p.231):

Ibiça corresponderia à região atual de Laguna até Viamão e seria habitada pela nação dos guaianás ou ibirajaras. As províncias do Uruguai andavam juntas do sul da serra do Mar até as nascentes do rio Jacuí. Daí, seguiam pelas cabeceiras do Uruguai-Pitã, rio Turvo até o Uruguai. A província do Tape ia do rio Jacuí à laguna dos Patos. No atual Uruguai viviam os chanás (guenoas, chanás, mboanes, jarós, charruas e minuanos), tribos caroguaras e tabacanguaras. A província do Tape era ocupada pelas tribos dos arachanes e dos tapes (GUTIERREZ, 2011, p.32).

O primeiro assentamento europeu na província do Tape se deu com a chegada dos jesuítas portugueses, no séc. XVII. A primeira expedição, de novembro 1617 a março de 1619, teve como objetivo a catequização das populações locais. Um grupo, inclusive, teria sido levado ao Rio de Janeiro, São Vicente e Cabo Frio¹⁵ (FRANZEN, 2006, p.87 apud BATISTELLA,

13 Alguns cronistas da história rio-grandense estimam que quando da chegada dos primeiros europeus ao atual Estado do Rio Grande do Sul, no séc. XVI, havia uma população de 95 a 100 mil índios, a maioria de guaranis e kaingangs (BATISTELLA, 2014, p.230), enquanto os minuanos/guenoas, representariam um universo de 900 a 1000 indivíduos (GARCIA & MILDER, 2012b, p.15).

14 Cabe notar que a região do Prata, inclusive o atual Rio Grande do Sul, fazia parte dos domínios espanhóis estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494.

15 Era corriqueiro o envio de indígenas à Europa com fins de exibição e curiosidade. Garcia e Milder (2012b, p.12), analisa o relato de M. León Gozlan sobre o envio de quatro Charrua à Paris. “Estes foram: Senaque, Micaela Guaynusa (grávida) e os caciques Laureano Tacuabé e Vaymaca Peru, levados para Paris em 1833 pelo francês François de Curel por meio de um acordo com Fructuoso Rivera. Na Europa acabaram expostos como curiosidades em uma exposição chamada “*História Natural do Gênero Humano*”, em uma cela com algumas emas e seus utensílios tradicionais, simulando uma toldoaria”

2014). Mais tarde, com a chegada dos jesuítas espanhóis, aconteceu o estabelecimento das reduções, ou aldeamentos, a partir da porção sudeste a América do Sul até a região do planalto do escudo rio-grandense¹⁶. A nova organização social inaugurada pela Companhia de Jesus, que delimitaria novos territórios para a Igreja e converteria os indígenas à fé católica, teve sucesso especialmente entre as etnias guaranis, por significar uma proteção à prática da *encomienda*¹⁷ e à escravização indígena, alargada naquele momento devido a raridade da mão de obra africana¹⁸.

Favorecida pela unificação das Coroas ibéricas, no período de 1580 a 1640, a expansão portuguesa para o interior da América foi intensificada por meio da incursão dos bandeirantes¹⁹. A resistência desta vez não veio da nação vizinha, mas sim da Igreja, ou melhor, de um de seus braços, a Companhia de Jesus, de Inácio de Loyola. Segundo Batistella (2014, p.233), “a partir de 1618, os bandeirantes paulistas declararam guerra aos jesuítas do Guairá²⁰, atacando as reduções daquela região. Estima-se que os bandeirantes escravizaram nessa região cerca de 20.000 índios – em 1628, a população das reduções do Guairá chegava a aproximadamente 27.500 índios”. Assim, se a unificação das coroas ibéricas favoreceu o apaziguamento dos “litígios fronteiriços entre as duas nações. [...] nesse espaço de tempo aumentaram as investidas contra as populações locais” (GUTIERREZ, 2011, p.32). Com os repetidos ataques dos escravagistas paulistas (1638 a 1641²¹) às reduções jesuíticas, os guaranis dispersaram-se para os territórios habitados pelos Charrua e Minuano/Guenoa, provocando um novo rearranjo

16 Santos (2006, p.108 apud BATISTELLA, 2014, p.232) lista 18 reduções na província do Tape (atual Rio Grande do Sul): “Candelária (1620), São Nicolau (1626), São Francisco Xavier (1626), Candelária do Caacapá (1627), Nossa Senhora da Assunção (1628), Todos os Santos (1628), São Carlos do Caapi (1631), Apóstolos São Pedro e São Paulo (1631), São Tomé (1632), São Miguel (1632), São José (1632), Santa Teresa (1632), Santa Ana (1633), São Joaquim (1633), Natividade (1633), Jesus-Maria (1633), São Cosme e São Damião (1634) e São Cristóvão (1634)”.

17 Espécie de tributo exigido pelas Coroas ibéricas das populações nativas como “compensação do trabalho de ‘civilizá-los’ e ‘cristianizá-los’”. Os indígenas reduzidos eram “liberados dos serviços aos *encomendados*” espanhóis (TEIXEIRA, 2014, p.86).

18 Gutierrez (2011, p.32), dirá que devido a instalação dos holandeses nas regiões açucareiras do nordeste brasileiro e em zonas da África fornecedoras de mão de obra escrava, somado ao desenvolvimento da indústria do açúcar no Caribe, também promovido pelos holandeses, levou a Coroa lusa a incentivar o aprisionamento dos nativos americanos por meio das bandeiras paulistas. A rota para o sul tinha como objetivo o encontro com as reduções jesuíticas.

19 Grupos formados por portugueses e seus descendentes, mamelucos e índios, que compunham a maior parte do contingente.

20 Região compreendida entre os rios Paranapanema e Iguaçu.

21 As investidas contra os guaranis reduzidos cessaram por um longo período (1641 a 1680) após a vitória desses nas batalhas de Caazapa-guazii e Mbororé, próximas às margens do rio Uruguai (TEIXEIRA, 2014, p.88).

social e cultural na região entre o rio Uruguai e a Laguna dos Patos (TEIXEIRA, 2014, p.88).

Em 1680, os portugueses fundam às margens esquerda do rio da Prata a Colônia do Sacramento, que logo é atacada e conquistada pelos guaranis, nesse momento, aliados aos espanhóis (TEIXEIRA, 2014, p.89).

2.3 Séc. XVIII

Os charruas e os guaranis viram alvorecer em seus territórios a dominação espanhola através da fundação de Buenos Aires, no oeste do rio da Prata (1536, 1580, 1776), e da criação de diversas reduções jesuíticas desde o Paraguai até o planalto sul rio-grandense. Os minuanos/guenoas, afetados por esse movimento, acompanharam a chegada dos açorianos e colonos de Laguna e São Paulo no campo de Viamão, às margens do rio Jacuí, e na fundação do forte Jesus, Maria e José, em 1734, na atual cidade de Rio Grande.

É em meados do século do século XVIII que as disputa pelo território meridional da América do Sul se acirra entre espanhóis e portugueses. No meio desses conflitos, os ameríndios locais. Se os motivos iniciais para o estabelecimento de povoados na região do Prata no séc. XVII era a escravidão do índio, agora, no séc. XVIII, com o tráfico negreiro alimentando a região litorânea da costa brasileira, especialmente às regiões de produção açucareira e a região das minas de ouro no atual Estado de Minas Gerais, os interesses se voltavam à preia do gado vacum, estabelecido na região pampiana há mais de duzentos anos. Outrossim, o comércio da prata mantinha sua influência nas questões políticas que envolviam as Coroas ibéricas, devido, conforme Neves (2014, p.103), a “crise econômica vivenciada na Europa aliada à escassez de metalismo que empurrava Portugal e Espanha para uma corrida implacável em busca de novas riquezas”. Gutierrez (2011, p.40), ao analisar o avanço da colonização ibérica na região do Prata, entre os séc. XVII e XIX, dirá que:

Nesses quase duzentos anos de ocupação, os lusitanos avançaram em direção ao sul em busca dos nativos, dos rebanhos e do comércio da prata em troca de seus produtos coloniais e das manufaturas inglesas. Atrás das manadas, veio a ocupação do território. Primeiro, a preia do gado xucro; depois, o estabelecimento da povoação das sesmarias de campo, a fixação da fronteira lusa; e, por fim, nas proximidades da vacaria do Mar, a instalação dos estabelecimentos de salga das carnes (GUTIERREZ, 2011, p.40).

Aos nativos, os que resistiram ao extermínio, restou a adaptação ao

modo cultural europeu. “Os grupos indígenas passaram por uma série de rupturas culturais (...) para servirem de mão de obra nas estâncias de gado e na construção dos povoados formados a partir do século XVIII” (MILHEIRA, 2014, p.39). Sabe-se notícia de batismo de 60 minuanos/guenoas em Rio Grande, em 1750 (TORRES, 2008, p.10), de 182 índios contados pelo censo no povoado rio-grandino, em 1780, e sua redução para 38, em 1814, enquanto que Pelotas registrava, no mesmo período, 105 (4,3% da população local), conforme dados compilados por Cardoso (1977, p.41-43).

2.4 Séc. XIX

Os registros que dizem respeito aos remanescentes Mínuano/Guenoa e Guarani na região meridional da laguna dos Patos e na Serra do Sudeste, fazem referência à forma de incorporação desses à sociedade local, especialmente relacionada à indústria do charque, à estância de criação de gado *vacum* e à olaria, conforme registra Gutierrez (2011).

Sobre a ocupação dos ameríndios na organização social pós-colonização, Sebastião Francisco Bettamio, em 1775, faz 29 observações para justificar a transferência do povoamento para Pelotas em seu texto “notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul, segundo o que vi no mesmo Continente, e notícias, que nele alcancei com as Notas, do que parece necessário para o aumento do mesmo Continente, e utilidade da Real Fazenda”, entregue ao vice-rei Luís de Vasconcelos em 1780. Entre as observações destacam-se alternativas que se configuram como melhor “uso” das populações nativas ao desenvolvimento local, como podemos ver a seguir:

[...] entrando-se pelo sangradouro da Mirim, três ou quatro léguas (19,8 a 26, 4 km), há muitas e admiráveis rochas de boa pedra, havendo portos de mar que dão lugar à entrada de embarcações grandes, e chegam quase ao pé dos cerros; que ali se transporte a pedra para a vila [...] uma companhia de cento e cinquenta ou duzentos índios trabalhadores, e que estes se empreguem de baixo da direção de pessoa inteligente em quebrar e arrancar pedras de toda a qualidade.

9ª – No mesmo sítio em que se corta pedra, há barro para a telha e tijolo, e como na aldeia há índios que sabem fazer estes dois materiais, [...]

12ª – Nas mesmas margens do sangradouro da Mirim em pequena distância, consta-me haverem excelentes madeiras, em cujo corte se empregar alguns índios, [...] (BETTAMIO, 1980, p.156 apud GUTIERREZ, 2011, p.77).

Sabe-se, também, que alguns desses índios acabaram compondo a Guarda Nacional em Pelotas, então Vila de São Francisco de Paula, quando de sua organização em 1832, cuja força era de 457 soldados na ativa e 95 na reserva (AL-ALAM, 2007)²².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que se tenham notícias de diversos vestígios arqueológicos “que apontam uma forte presença indígena na região” (MILHEIRA, 2014, p.41), há mais de dois milênios e meio ao menos, a elaboração de uma história de Pelotas/RS sustentada pela contribuição e antecedentes indígenas só será viável junto ao contínuo trabalho de pesquisas e estudos no campo da arqueologia e da antropologia, o que nos dias de hoje, pode-se afirmar, ainda é incipiente²³. Ademais, que integre a academia com as comunidades descendentes, quando houverem, como no caso dos guaranis e charruas (RS, 2012), e instituições de memória.

O que vimos nesse trabalho são alguns apontamos que indicam um panorama histórico mais complexo que a historiografia tradicional tem persistido em disseminar, bem como uma proposta de inserir este a outros tantos trabalhos que têm colaborado em propor uma nova perspectiva para a historicidade construída até então. Supomos, por final, a necessidade de persistir a reflexão sobre os vestígios materiais desses grupos, que hoje se fazem presentes em instituições acadêmicas e museus, por exemplo. O avançar das pesquisas, junto às informações associadas aos estudos de cultura material, especialmente na perspectiva da interdisciplinaridade, tornam-se relevantes para dar ideia de contexto aos objetos, ampliando, assim, a própria história de Pelotas/RS e região e as barreiras deste estudo, além de tentar discutir como essa cultura material pode servir como indicadora de memórias e como podem contribuir para a construção de identidades.

22 A presente informação lança novos desafios sobre o tema, se abrindo para a possibilidade de uma série de outras pesquisas que tenham interesse neste assunto.

23 No relatório de pesquisa do projeto “Arqueologia e história indígena no Pampa: estudo das populações Pré-Coloniais na bacia hidrográfica da Laguna dos Patos e Lagoa Mirim”, Milheira (2011, p.201) relata que as “atividades de prospecção têm permitido compor um panorama de ocupação histórico e arqueológico que vem sendo aos poucos refinado”. Contudo, ainda hoje, “os dados históricos são lacunares e raros” (MILHEIRA, 2014, p.41). Num outro momento, o mesmo autor (2014, p.76) dirá que “o processo histórico de ocupação indígena pré-colonial ainda está em vias de ser delineado pela arqueologia”.

REFERÊNCIAS

- AL-ALAM, C. *A negra força da princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- AMARAL, F.C. *Uma espiadela no acervo indígena da Bibliotheca Pública Pelotense*. Monografia (Bacharelado em Antropologia: Arqueologia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- BARBIER, D.; RIBEIRO, D.L.. Coleção e cultura material: os significados possíveis da fundação, em 1904, do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense. *Anais do VIII SIMP*, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, p.48-55, 2014.
- BATISTELLA, A. Os excluídos da história local: notas introdutórias acerca da expropriação dos indígenas e dos caboclos e a formação dos latifúndios no norte do Rio Grande do Sul. *Unoesc & Ciência-ACHS*, Joaçaba, v. 5, n. 2, p. 229-243, 2014.
- CARDOSO, F.H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CERQUEIRA, F.V.; LOUREIRO, A. Relatório do Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região (Atividades desenvolvidas entre março de 2002 e fevereiro de 2003). *Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, v. 1, n. 1, p.85-106, 2012.
- GARCIA, E.F. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de "amizade" entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 613-632, 2008.
- GARCIA, A.M.; MILDRE, S.E.S. Particularidades históricas e culturais dos Charrua e dos Minuano do Pampa Sul-americano. *Revista Digital Estudos Historicos*, Rivera, n. 8, p. 8-10, 2012.
- GUTIERREZ, E.J.B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Passo Fundo: UPF, 2011.
- MILHEIRA, R.G. Arqueologia e história indígena em Pelotas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPEL)*, Pelotas, v. 7, p. 35-37, 2012a
- MILHEIRA, _____. Pelotas: 2500 anos de história indígena. *Almanaque do bicentenário Vol.3: Economia, educação e turismo*. Pelotas: Pró-cultura RS, João Eduardo Keiber ME, 2014. p. 37-47.

- MILHEIRA, _____. PEREIRA, Claudio Corrêa. Minuanos/Guenoas. Os Cerritos da bacia da lagoa Mirim e as origens de uma nação pam-piana. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2008. *Cadernos do LE-PAARQ*, v. 5, n. 9/10, 2012b.
- MILHEIRA, _____. Relatório de pesquisa do projeto Arqueologia e História Indígena do Pampa: Estudo das Populações Pré-Coloniais na Bacia Hidrográfica da Laguna dos Patos e Lagoa Mirim. *Cadernos do LE-PAARQ*, v. 8, n. 15/16, p.199-216, 2011.
- MILHEIRA, _____. *Território e estratégia de assentamento Guarani na planície sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste-RS*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MONQUELAT, A.F. & MARCOLLA, V. Pelotas, uma outra história. *Almanaque do bicentenário Vol.2: Arte e cultura*. Santa Maria: Pró-cultura RS, Pallotti, 2014. p. 387-406.
- NEETZOW, A.A. Rio da Prata quinhentista: uma abordagem histórico-arqueológica. *BIBLOS*, Rio Grande, v. 14, p. 15-21, 2008.
- NEVES, C.C. *A ocupação humana no espaço da Serra dos Tapes: o caso dos distritos de Cerrito Alegre e Quilombo/Pelotas – RS*. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- RIO GRANDE DO SUL (RS). Assembléia Legislativa. *Relatório final da subcomissão para tratar sobre a situação dos povos indígenas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2012.
- TEIXEIRA, P.F. *A presença Guarani na região de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: apontamentos para uma revisão a partir do diálogo intercultural*. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.
- TORRES, Luiz Henrique. Cronologia básica da história da cidade do Rio Grande (1737-1947). *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*, Rio Grande, v. 22, p.9-18, 2008.
- VON IHERING, H. A Lagoa dos Patos. *Organon*, Porto Alegre, v. 14, n. 14, p.101-142, 1969.